

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO



FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2022

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

.....

FABIANO ELOY ATÍLIO BATISTA
(ORGANIZADOR)



Atena
Editora
Ano 2022

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Camila Alves de Cremo

Daphynny Pamplona

Gabriel Motomu Teshima

Luiza Alves Batista

Natália Sandrini de Azevedo

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2022 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2022 Os autores

Copyright da edição © 2022 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial**Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí

Prof. Dr. Alexandre de Freitas Carneiro – Universidade Federal de Rondônia

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Ana Maria Aguiar Frias – Universidade de Évora

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa



Prof. Dr. Antonio Carlos da Silva – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Prof^o Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof^o Dr^a Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadilson Marinho da Silva – Secretaria de Educação de Pernambuco
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Prof^o Dr^a Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal do Paraná
Prof^o Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^o Dr^a Lucicleia Barreto Queiroz – Universidade Federal do Acre
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Universidade do Estado de Minas Gerais
Prof^o Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^o Dr^a Marianne Sousa Barbosa – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Prof^o Dr^a Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pedro Henrique Máximo Pereira – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Prof^o Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^o Dr^a Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^o Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof^o Dr^a Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins



Ciências humanas: diálogo e política de colaboração

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Organizador: Fabiano Eloy Atílio Batista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C569 Ciências humanas: diálogo e política de colaboração /
Organizador Fabiano Eloy Atílio Batista. – Ponta Grossa
- PR: Atena, 2022.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-258-0046-2

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.462222403>

1. Ciências humanas. I. Batista, Fabiano Eloy Atílio
(Organizador). II. Título.

CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.



DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access*, desta forma não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.



APRESENTAÇÃO

Estimados leitores e leitoras;

Sendo cada vez mais necessária, a transdisciplinaridade se configura como um requisito epistemológico, uma vez que o que buscamos compreender, problematizar e analisar não se limita, estritamente, a uma única área do saber. É preciso “sacudir” as estruturas e apontar caminhos múltiplos para se pensar o mundo ao nosso redor.

Assim sendo, por meio de uma abordagem transdisciplinar a obra **Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração**, propõe uma discussão, crítica e contemporânea, entre diversos campos do saber, buscando expandir os horizontes acerca das correlações das Ciências Humanas com diversas outras disciplinas.

Neste sentido, ao longo de 17 capítulos podemos vislumbrar discussões que abordam as temáticas sobre juventude, feminilidades, saúde, política, educação, sociedade, dentre outras que se configuram como mecanismos para compreensão das dinâmicas sociais, a nível nacional e internacional.

Especialmente a partir deste atual cenário social e político que vivenciamos, as reflexões realizadas na coletânea **Ciências humanas: Diálogo e política de colaboração** se tornam fundamentais para se pensar sobre o(s). lugar(es). que as Ciências Humanas têm ocupado diante das diversas perspectivas de compressão sobre o mundo e sobre as formas de compreendê-lo e melhorá-lo. Trazendo à tona, por conseguinte, discussões necessárias para tencionar reflexões sobre o mundo contemporâneo.

Para tanto, esperamos que essa coletânea de textos possa se mostrar como uma possibilidade discursiva e reflexiva para novas pesquisas e novos olhares sobre os objetos das Ciências Humanas em consonância com outras áreas do saber.

A todos e todas, esperamos que gostem e que tenham uma agradável leitura!


Fabiano Eloy Atilio Batista

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1..... 1

A JUVENTUDE E SUA RELAÇÃO COM TRABALHO E EDUCAÇÃO

Samille Schmid Lopes


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224031>

CAPÍTULO 2..... 14

INCLUSÃO DE JOVENS RURAIS NO SISTEMA EDUCACIONAL POR MEIO DA CONFIGURAÇÃO DA FERRAMENTA WEB 2.0 E DA REDE SOCIAL

Miguel Gregorio Argote Salgado

Víctor Enrique Macías-Villamizar

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224032>

CAPÍTULO 3..... 19

A HISTÓRIA DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Luzinete de Souza Oliveira


Solange Aparecida Bolsanelo Merlo

Camila Bruschi Tonon

Larissy Alves Cotonhoto

Lucyana Veríssimo Pascoal Costa


Anderson José Silva

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224033>

CAPÍTULO 4..... 30

SOFRIMENTOS SOCIAIS; REFLEXOS DO PERÍODO DA INTERNAÇÃO COMPULSÓRIA PARA TRATAMENTO DA HANSENÍASE NO BRASIL

Thiago Pereira da Silva Flores


 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224034>

CAPÍTULO 5..... 41

EDIPO MITO-LÓGICO

Marcelo A. Frazzetto


Rosario-Santa Fe-Argentina

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224035>

CAPÍTULO 6..... 47

PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DE MULHERES EM PERÍODOS DE TRANSIÇÃO: UM ESTUDO COMPARADO

Laura Dantas de Moura








 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224036>




CAPÍTULO 7..... 63

TOLERÂNCIA ZERO NO ESPÍRITO SANTO E A SELETIVIDADE PENAL CAPIXABA

Renan Subtil Torres

 <https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224037>

CAPÍTULO 8	75
OS IMPACTOS SOCIOECONÓMICOS E DE SAÚDE DA COVID-19 NOS PAÍSES NÃO DESENVOLVIDOS E OS DESENVOLVIDOS	
Maria José Oliveira Vieira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224038	
CAPÍTULO 9	85
LA PREVENCIÓN DE LA VIOLENCIA SIMBÓLICA. UNA MIRADA DESDE TEORÍA DE LA SUBJETIVIDAD	
Lisbet Teresa Pérez Salina	
Dalia Portuondo Kindelán	
Reynaldo Vega Chacón	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4622224039	
CAPÍTULO 10	93
LOS ANDROIDES YA SUEÑAN CON HUMANOS ARTIFICIALES	
Daniel Román March	
Marcos Llanos Nieto	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240310	
CAPÍTULO 11	98
QUATRO FACES: AS REPRESENTAÇÕES FEMININAS NO MITO DE RAGNARÖK	
Angela Albuquerque de Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240311	
CAPÍTULO 12	112
A BUCÓLICA X DE VIRGÍLIO ENTRE O AMOR BUCÓLICO E O ELEGÍACO: UMA CRÍTICA EPICURISTA DO AMOR DESMEDIDO	
Amanda Oliveira	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240312	
CAPÍTULO 13	116
A IMPORTÂNCIA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL PARA A PROTEÇÃO DOS SABERES TRADICIONAIS DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL	
Claudia Maria Prudêncio de Mera	
Denise Tatiane Girardon dos Santos	
Domingos Benedetti Rodrigues	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240313	
CAPÍTULO 14	126
EDUCAÇÃO FINANCEIRA POR MEIO DE MODELAGEM MATEMÁTICA NA EDUCAÇÃO	
Mariana Thais Garcia	
Tiago Emanuel Klüber	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240314	

CAPÍTULO 15	132
PROCESSO DE ANÁLISE DE DESEMPENHO PROFISSIONAL Juliana Carneiro Rodrigues André Ribeiro da Silva  https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240315	
CAPÍTULO 16	143
CONHECER A PAISAGEM ATRAVÉS DA BANDA DESENHADA Miguel Castro  https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240316	
CAPÍTULO 17	159
VIAGENS: TURISMO CULTURAL COMO DISPOSITIVOS DE APRENDIZAGENS NO ENSINO DE HISTÓRIA Talita Fontes Miranda  https://doi.org/10.22533/at.ed.46222240317	
SOBRE O ORGANIZADOR	166
ÍNDICE REMISSIVO	167

A JUVENTUDE E SUA RELAÇÃO COM TRABALHO E EDUCAÇÃO

Data de aceite: 01/02/2022

Samille Schmid Lopes

UEMG – Universidade do Estado de Minas Gerais
Belo Horizonte – Minas Gerais
<http://lattes.cnpq.br/1647529614574841>

RESUMO: O presente artigo visa a conhecer e compreender a experiência de inserção de jovens no mercado de trabalho, voltando o olhar para as temáticas de juventude, educação e formação profissional. Fundamenta-se em referências que problematizam temas como a dinâmica do mercado de trabalho em sua relação com a formação profissional, e a inserção desigual da população jovem nesse mercado, dando foco à inserção no Programa de Aprendizagem. Em função dessa demarcação, toma por base publicações do DIEESE, MTE sobre o Programa de Aprendizagem, pesquisas disponíveis no portal da Anped e Capes que discorrem sobre o problema. Para o desenvolvimento da pesquisa nos aprofundaremos em estudos sobre juventude e sua relação com trabalho e educação, formação profissional, desigualdades existentes na trajetória dos jovens e a situação do mercado de trabalho principalmente no que diz respeito às primeiras experiências profissionais da juventude.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de aprendizagem, juventude, trabalho, educação.

ABSTRACT: This article aims to know and understand the experience of inserting young people into an apprenticeship program, looking back at the themes of youth, education and professional training. It is based on references that problematize topics such as the dynamics of the labor market in its relationship with professional training, the unequal insertion of the young population in this market, as well as responses in the field of public policies capable of providing this insertion. Due to this demarcation, it is based on publications from DIEESE, MTE on the Learning Program, research available on the Anped and Capes portal that discuss the problem. For the development of the research, we will delve deeper into studies on youth and their relationship with work and education, professional training, existing inequalities in the trajectory of young people and the situation of the job market, especially with regard to the first professional experiences of youth.

KEYWORDS: Learning program, youth, work, education.

INTRODUÇÃO

Esta revisão bibliográfica pretende discutir aspectos da participação de jovens no Programa de Aprendizagem. Sabemos que a necessidade de ingresso na vida profissional é uma realidade para muitos, e também que a cada dia o mercado de trabalho tem se mostrado mais exigente no que diz respeito a qualificação e experiência, o que nos leva à

intenção de conhecer melhor este aspecto tão presente na vida de adolescentes e jovens brasileiros.

De acordo com Corrochano (2014, p. 206), “para a maioria dos que tiveram acesso a esse nível de ensino (*médio*). nas duas últimas décadas, a realidade de trabalhos, de bicos ou de um constante se virar para ganhar a vida combinam-se às suas vidas de estudantes”. Sendo assim, este fato torna-se ainda mais crítico quando temos em vista por exemplo a implantação de um ensino médio integral desvinculado de uma política de acesso à renda. Nesta proposta, para onde vão os jovens trabalhadores?

A reflexão em torno das juventudes nos remete a pensar nessa e muitas outras questões, e entender como se manifesta esse complexo universo de educação, trabalho, desigualdades sociais nas trajetórias de vida desses jovens. Trata-se de sujeitos com trajetórias de vida singulares, mas com necessidades semelhantes às de outros jovens que também buscam uma fonte de renda e que por fatores como gênero, raça/cor, escolaridade, qualificação, experiência, idade, condição social terão essa entrada facilitada ou prejudicada no mercado de trabalho. De acordo com pesquisa recente divulgada pelo Dieese, “a maioria dos jovens entre 14 e 17 anos que trabalha (46,2%). não possui registro em carteira, o que comprova a precariedade da inserção destes jovens no mercado” (DIEESE, 2017, p. 6).

Levando em conta estes fatores mencionados, diversas leis e políticas foram implementadas visando resguardar, apoiar e qualificar o adolescente/jovem que irá buscar uma posição de trabalho remunerado. A pesquisa aqui esboçada problematiza especificamente uma delas: o Programa de Aprendizagem. De acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego (2014), tendo em vista as exigências de qualificação e experiência apresentadas no mercado de trabalho, o programa se destina a fornecer conteúdos práticos e teóricos de maneira a formar jovens de 14 a 24 anos em uma área de atuação específica, oferecendo também um contrato de trabalho formal com duração de até dois anos e com carga horária reduzida, o que permitiria uma melhor conciliação entre trabalho e escola.

A presente pesquisa visa compreender melhor a inserção de jovens em um programa de aprendizagem, considerando para isso a questão da juventude, suas características e particularidades; a situação do mercado de trabalho em nosso país; e também a formação profissional no Brasil, dando maior enfoque ao programa de aprendizagem.

No que diz respeito a empregabilidade, a pesquisa se mostra relevante uma vez que “o cenário no mercado de trabalho, na segunda metade da última década, foi afetado por uma escassez de oportunidades de trabalho e uma realocação das oportunidades existentes. Tal transformação no mercado de trabalho configura, portanto, uma primeira motivação para uma nova análise do panorama dos jovens nesse ambiente” (Corseuil, Poloponsky e Franca, 2020 p. 9). E, a partir do momento que se propõe a discutir a temática da formação profissional para a juventude, sabendo que apesar de ser uma demanda que não surgiu agora, tem se problematizado cada vez mais atualmente. Como aponta o Dieese

(2017, p. 10), “os jovens trabalhadores enfrentam grandes dificuldades na transição escola-trabalho, em especial os provenientes de famílias com renda familiar baixa, fato que os leva a buscar trabalho remunerado mais cedo”. Essa necessidade repercute nas trajetórias trilhadas por esses jovens e poderá direcioná-los a buscar qualificação como a oferecida pelo Programa de Aprendizagem, mas nem todos terão acesso a este tipo de formação.

JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO

A intenção nesse primeiro momento do referencial teórico é trazer a experiência de juventude voltando o olhar para o sujeito, tendo em vista que para tratar desta temática é necessário compreender quem são estes jovens. Tendemos a colocar em nossa perspectiva o entendimento de que este momento da vida é igual para todos, mas muitos fatores diferenciam estes jovens e trazem sentidos também diversos para cada vivência deles. Para Dayrell e Carrano (2014), primeiramente, devemos entendê-los como sujeitos de saberes, desejos e experiências:

Eles se apropriam do social e reelaboram práticas, valores, normas e visões de mundo a partir de uma representação dos seus interesses e de suas necessidades; interpretam e dão sentido ao seu mundo. É nessa direção que não podemos trabalhar com a noção de que existe uma juventude, pois são muitas as formas de ser e de se experimentar o tempo de juventude (DAYRELL & CARRANO, 2014, p. 104).

A desigualdade determinará sua maneira de vivenciar o momento de transição, pois “os jovens, em especial os dos setores populares, não são beneficiados por políticas públicas suficientes que lhes garantam o acesso a bens materiais e culturais, além de espaços e tempos onde possam vivenciar plenamente essa fase tão importante da vida.” (Dayrell e Carrano, 2014 p. 105). Usamos o exemplo da desigualdade social, mas é importante ressaltar que se utilizarmos os crivos de gênero, raça/cor, escolaridade dentre outros, esta diferença de experiências aumentará ainda consideravelmente, conforme veremos adiante.

Ainda segundo Dayrell e Carrano, durante a juventude

o indivíduo vai se descobrindo e descortinando as possibilidades em todas as instâncias de sua vida, desde a dimensão afetiva até a profissional. (). As distintas condições sociais (origem de classe e cor da pele, por exemplo), a diversidade cultural (as identidades culturais e religiosas, os diferentes valores familiares etc), a diversidade de gênero (a heterossexualidade, a homossexualidade, a transexualidade, por exemplo). e até mesmo as diferenças territoriais se articulam para a constituição dos diferentes modos de vivenciar a juventude. (2014, p. 112).

Nesse momento de descoberta vivenciado, para muitos se apresenta, conforme já dito, a necessidade de inserção no mundo do trabalho e a conciliação deste com a vida escolar.

Embora a opção pelo trabalho possa estar relacionada às diversas

necessidades dos jovens, por exemplo, contribuir com a renda familiar, consumir e ter independência financeira; o corte socioeconômico e o contexto familiar assimilam a desigualdade antes mesmo de o jovem decidir escolher qual será sua direção para o futuro. (Dieese, 2016, p. 10).

A juventude é o momento da vida em que esta preparação deve ocorrer, inclusive nas Diretrizes Curriculares Nacionais temos que o Ensino Médio é a preparação para o mundo do trabalho (Corrochano, 2014, p. 212).

a integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura deve constituir a base da proposta e do desenvolvimento curricular. Assim, se a escola média não é apenas preparação para o trabalho, ela é, também, preparação para o trabalho. Os sentidos dessa finalidade, ao lado das maneiras para realizá-la, permanecem como perguntas importantes. (p. 206).

Com as reformas e propostas atuais, se torna cada vez mais necessário discutir a relação da juventude com trabalho e educação. “No Brasil (). a transição para o trabalho depois de finalizada a escolaridade básica não é uma realidade e duas características importantes marcam a relação entre escola e trabalho no país: o ingresso precoce no mercado e a conciliação ou superposição de estudo e trabalho.” (Corrochano, 2014, p. 213). Sendo assim, mesmo antes do novo Ensino Médio já tínhamos que lidar com esta realidade, quanto mais agora, não podemos deixar de atentar para nossa juventude. Segundo o Dieese, 2016 p. 4, em 2014 26% dos jovens entre 14 e 17 anos já se encontravam inseridos no mercado de trabalho, e para os jovens entre 18 e 24 anos o índice é de 82,5%. Estes dados confirmam os fatos que temos exposto no decorrer do trabalho.

Desde os anos 1980, vários estudos já evidenciavam que o processo de expansão do ensino não havia retirado o jovem do mercado de trabalho. É o jovem trabalhador que se torna estudante. Além disso, pode-se afirmar que a busca por trabalho realizada pelos jovens não deve ser atribuída exclusivamente a questões econômicas relacionadas à necessidade de sustento ou de apoio às famílias. Para além da necessidade, demandas de maior independência, o consumo de bens materiais e simbólicos e a realização pessoal também podem constituir-se em motivações para a inserção no mundo do trabalho. (Corrochano, 2014, p. 213).

Costa et al, 2019 comentam o estudo “Millenials na América Latina e no Caribe: trabalhar ou estudar?”, que mostra que dos jovens brasileiros entre 15 e 24 anos, 49% apenas estudam, 13% apenas trabalham, 15% trabalham e estudam e 23% não trabalham e nem estudam. Apesar do texto tratar mais especificamente das razões que podem levar à inatividade dos jovens (não trabalhar e nem estudar), muitas das considerações feitas vêm a somar em nossa discussão em torno das juventudes. Importante ressaltar que a amostra brasileira da pesquisa foi realizada em Recife.

Entre os jovens, pouco mais da metade é composta de homens (51,8%), metade possui entre 18 e 22 anos (50,0%), a maior parte são jovens pretos e pardos (74,1%). e a maioria reside em domicílios com renda total menor que

dois salários mínimos – SMS9 (65,1%). Em relação à escolaridade, observa-se que somente um em cada cinco (ou 19%), concluiu o ensino médio. Vale ressaltar que uma característica importante dos jovens entrevistados é a defasagem idade-série, pois aproximadamente 17,3% dos jovens sequer concluiu o ensino fundamental, e ao todo 30,9% não ingressaram ainda no ensino médio, apesar de, a maioria, já se encontrar em faixa etária compatível com a conclusão do ensino médio. (Costa et al, 2019, p. 3).

Quando se trata das expectativas educacionais destes jovens, o texto analisa a partir da perspectiva de habilidades socioemocionais e relaciona o desejo de alcançar o nível universitário, e as reais possibilidades de que isso ocorra. “Desejar uma maior escolaridade indica que o jovem enxerga o retorno do seu esforço na educação e acredita que vale a pena investir seu tempo no curto prazo para alcançar uma recompensa maior mais a frente” Costa et al, 2019 p. 5. A pesquisa retorna que 75,33% destes jovens desejam o ingresso no ensino superior, e acreditam ter 7,45 (em 10). de chances de alcançar.

Junto à expectativa de alcançar o ensino superior, estes jovens reconhecem ainda as complexidades em realizar este objetivo, e colocam sobre si a responsabilidade de conseguir: “apesar das dificuldades encontradas, os jovens mantêm seus sonhos de ter diploma de nível superior e uma carreira profissional bem sucedida. No entanto, é recorrente o discurso de que a concretização dessas aspirações não é fácil e exige muita força de vontade, foco e dedicação.” Costa et al, 2019 p. 8.

Importante ressaltar, que a necessidade e anseio pela Universidade se deve também ao fato de que o ensino médio, anteriormente pensado como um direcionador a novos e bons postos de trabalho, hoje já não representa este mesmo valor:

No contexto de reestruturação industrial e do fenômeno da globalização, o diploma do ensino médio, ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais um dos pré-requisitos necessário para a inserção dos jovens no mercado formal de trabalho, atualmente já não traduz mais o *status* e a segurança de *mobilidade* social que esse nível de ensino antes garantia. (Silva, 2015, p. 23).

MERCADO DE TRABALHO, DESIGUALDADES E EXIGÊNCIAS IMPOSTAS AO JOVEM TRABALHADOR

Ao iniciar a exposição deste tema, trataremos do mercado de trabalho brasileiro no geral, para depois aprofundarmos na questão da juventude.

A economia brasileira, a partir de 2003, vivenciou um dos ciclos mais auspiciosos de sua história. Durante aproximadamente uma década, o Brasil não apenas registrou consistente taxa de crescimento econômico, como também foi capaz de reduzir drasticamente seus índices de pobreza e, conseqüentemente, da profunda desigualdade socioeconômica que o caracteriza. (). Todavia, a partir de 2014, esse quadro passou a dar sinais de reversão. (Nogueira, Carvalho e Pereira, 2019, p. 3).

As mudanças experimentadas na economia brasileira, naturalmente se refletiram na vida profissional dos cidadãos: de acordo com Nogueira, Carvalho e Pereira, 2019, p. 4 “O elemento mais crítico, do ponto de vista social, dessa crise é seu impacto no trabalho, a começar pelos níveis de emprego”. Conforme dados:

Ao final de 2014, a taxa de desemprego, que vinha em consistente trajetória de queda, atingiu o valor de apenas 6,8%; em 2003, essa taxa era de 12,4%. Contudo, após essa data, o índice de desemprego entrou em forte trajetória de alta, atingindo o patamar de 13,1% no primeiro trimestre de 2018; alta de 93% em apenas três anos. (2019, p. 5).

O mercado de trabalho brasileiro apresenta diversos contrastes e atualmente enfrenta uma grave situação de desemprego, que vem se agravando em virtude da pandemia da Covid 19:

“Em 2020, a queda na ocupação foi bem mais intensa e concentrada em um período mais curto (). A proporção de ocupados na PIA, que era de 53,5% no primeiro trimestre de 2020, atingiu 47,1% no terceiro trimestre, uma queda de 6,4 p.p. em apenas dois trimestres. Essa queda da ocupação é algo sem precedentes no período coberto pela PNAD Contínua. A contrapartida da queda acentuada da taxa de ocupação durante a pandemia foi o aumento na proporção de pessoas em idade ativa fora da força de trabalho, que subiu de 39% no primeiro trimestre de 2020 para 44,9% no terceiro trimestre do mesmo ano.” Corseuil et al, 2021 p. 8).

Neste contexto, percebe-se de maneira ainda mais intensa a dificuldade de ingresso e permanência no mercado de trabalho, o que se reflete de maneira significativa na trajetória profissional de nossos jovens. “Diante da constante presença de um excedente de mão-de-obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir funções, na maioria das vezes, de qualidade inferior na estrutura das empresas.” (Pochmann, 2000, p. 31). Tal situação leva o jovem diversas vezes ao trabalho informal, sem que lhe sejam assegurados direitos trabalhistas, uma renda fixa e tendem a manter o status de “baixa experiência” anteriormente mencionado.

A esse respeito, temos ainda dados atuais que ressaltam o aumento do trabalho informal no Brasil:

O trabalho formal vinha crescendo no país, com consonante redução do trabalho formal e informal. A partir de 2014, começa a ser observado declínio no trabalho informal, com aumento correspondente no trabalho por conta própria. Isso parece retratar um quadro em que o trabalhador, ao perder seu emprego, busca obter seus meios de subsistência em atividades que designamos como *empreendedorismo por necessidade*. (Nogueira, Carvalho e Pereira, 2019, p. 5).

E ainda

a relação entre um contrato informal e a precarização da relação trabalhista se

dá na medida em que muitos dos direitos que o trabalhador deveria receber durante o período empregado são frequentemente negados nesse tipo de relação trabalhista (). Além disso, há indícios de que os acidentes de trabalho são bem mais frequentes no setor informal, sugerindo maior precariedade desse tipo de posto de trabalho. (Corseuil, Franca e Poloponsky, 2016, p. 177).

Além da informalidade nas relações profissionais, nossos jovens tem que lidar ainda com outra dificuldade já mencionada neste trabalho: a baixa escolaridade. Seja por ainda estar em idade escolar ou por justamente ter abandonado os estudos para trabalhar, eles se encontram em desvantagem ao disputar um posto de trabalho com os adultos. Esta desvantagem se reflete no cenário atual do mercado de trabalho:

quando se analisa a distribuição e a evolução por escolaridade, percebe-se o predomínio dos vínculos de emprego em 31 de dezembro de 2016 em uma faixa intermediária (50,8% tinham ensino médio completo). e um movimento mais acentuado de redução dos vínculos nas faixas de menor escolaridade no último ano, ainda que a redução tenha ocorrido em todas as faixas. Nesse sentido, destacam-se a redução acentuada do número de vínculos de emprego ocupados por pessoas analfabetas (-6,8%), com ensino fundamental incompleto (-8,2%), e com fundamental completo (-6,7%), e a redução abaixo da média das pessoas com ensino superior (-1,5%), superior incompleto (-1,5%) e médio completo (-1,8%). (Dieese, 2017, p. 16 e 17).

Em um cenário de desemprego como o nosso, a tendência é que os primeiros a serem demitidos são os de menor escolaridade, e também, como a procura é maior do que a oferta as empresas optam por contratar os mais “qualificados”. Desigualdade de escolaridade, social, racial, de gênero, entre muitas outras. Os números reforçam esta certeza. “No 2º trimestre de 2019, 62,1% da população em idade de trabalhar estava na força de trabalho (taxa de participação). Deste contingente, 88,0% se encontravam ocupados e 12,0% desocupados.” IBGE, 2019, p. 15. A esse respeito, é importante salientar que entre os jovens, encontramos uma discrepante realidade no contexto nacional: “A taxa de desocupação dos jovens de 18 a 24 anos de idade, (25,8%), apresentou patamar elevado em relação à taxa média total (12,0%). Este comportamento foi verificado, tanto para o Brasil, quanto para as cinco Grandes Regiões” IBGE, 2019, p. 39.

Quanto mais variamos os crivos, maior desigualdade encontramos no mercado de trabalho. “A taxa de desocupação desagregada por cor ou raça mostrou que a taxa dos que se declararam brancos (9,5%). ficou abaixo da média nacional; porém a dos pretos (14,5%). e a dos pardos (14,0%). ficou acima.” IBGE, 2019, p. 42.

A desigualdade no mercado de trabalho acentua-se à medida que se sobrepõem às suas determinações socioeconômicas algumas características da população que sofrem com as práticas culturais discriminatórias. Quando desagregada por sexo e cor, a taxa de participação, que no total da população corresponde a 61,4%, além de variar fortemente em relação ao sexo, varia também em relação à cor/raça, oscilando, portanto, entre 72,7% para os homens não negros e 50,4% para as mulheres negras. Do mesmo

modo, as taxas de participação são bastante reduzidas para jovens entre 14 e 17 anos (18,8%), e idosos com 60 anos ou mais de idade (22,8%). (Dieese, 2017, p. 10).

O PROGRAMA DE APRENDIZAGEM

A formação profissional iniciou-se no Brasil no século XIX, com a vinda da família real portuguesa. Segundo Cunha (2000), a aprendizagem de ofícios era destinada inclusive a crianças muito pobres, e a outros “desvalidos”. Contudo, foi apenas em 1.909 que tivemos o primeiro decreto que limitava o trabalho de menores e estabelecia diretrizes para a formação de aprendizes, determinando idade, ofícios e jornadas permitidas.

A partir da Constituição Federal de 1988, caminhamos para a criação do ECA em 1990, definindo dentre vários outros fatores, os direitos da criança e do adolescente no que diz respeito a trabalho e educação. Dentre as políticas públicas criadas, temos o programa em que centralizamos a presente pesquisa, e em 2.000 a Lei do Aprendiz foi aprovada, surgindo então o Programa de Aprendizagem nos moldes que temos hoje.

É o programa técnico-profissional que prevê a execução de atividades teóricas e práticas, sob a orientação de entidade qualificada em formação técnico-profissional metódica, com especificação do público-alvo, dos conteúdos programáticos a serem ministrados, período de duração, carga horária teórica e prática, mecanismos de acompanhamento, avaliação e certificação do aprendiz, observando os parâmetros estabelecidos na Portaria MTE nº 615, de 13 de dezembro de 2007. Ministério do Trabalho e Emprego, 2014, p. 13.

A legislação de 2000 tornou mais evidente o que se convém chamar de triângulo do contrato de aprendizagem – o próprio aprendiz, que possui carteira assinada e direitos trabalhistas assegurados; a empresa contratante, em que ele exerce suas atividades como colaborador durante parte do contrato; e a instituição formadora – que participa instruindo o aprendiz sobre as atividades desenvolvidas na empresa, bem como ministrando conteúdos de formação humana e científica relevantes para o crescimento profissional do trabalhador, também em tempo contado como jornada no contrato de aprendizagem. (Almeida et al, 2019, p. 3).

Desde a aprovação da lei, o programa passou por diversas atualizações normativas, Almeida et al, 2019 ressalta três delas: a primeira em 2012 pela Lei 12.594, com a inclusão no programa de vagas para adolescentes e jovens integrantes do Sinase, visando a sua reinserção na sociedade; a segunda com o Decreto nº 8.740/2016 visando permitir que a cota de aprendizagem fosse cumprida em todos os setores da economia, inclusive naqueles em que as atividades são impróprias para menores de 18 anos; e a terceira “consolidou os atos normativos editados pelo Poder Executivo federal que dispõem sobre a temática do lactente, da criança e do adolescente e do aprendiz, e sobre o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Fundo Nacional para a Criança e o Adolescente e

os programas federais da criança e do adolescente.” Almeida, 2019, p. 5.

Conforme as informações constantes no Manual da Aprendizagem, o programa visa a formação técnico-profissional de jovens e adolescentes com idade entre 14 e 24 anos, fornecendo não apenas a carga teórica do processo de aprendizagem, mas também a prática através de contratos estabelecidos conforme lei específica. Para Barbosa e Deluiz, 2008:

Entre as maiores dificuldades dos jovens está a conquista do primeiro emprego, uma vez que se encontram nas piores condições de competição em relação aos adultos que, com frequência, acabam preenchendo as vagas antes mesmo de serem acessadas pelos jovens, já que possuem, na maioria das vezes, escolaridade mais elevada, alguma experiência profissional e qualificação. (p. 6).

Dessa forma, a oportunidade em um programa de formação profissional traria ao jovem novas perspectivas e lhe permitiria um acesso inicial ao mercado de trabalho, onde poderia ampliar habilidades, conhecer as estruturas e funcionamento das relações profissionais e ainda desenvolver sua maturidade frente a situações da vida adulta. “A aprendizagem profissional, enquanto política ativa de mercado de trabalho, visa auxiliar o processo de transição de jovens da escola para o mundo do trabalho” Almeida et al, 2019, p. 1. Este processo de transição experimentado pelo adolescente é de extrema importância em sua formação como indivíduo.

Estudos demonstram que o desemprego e a rotatividade são muito maiores entre os jovens – não por que eles não sabem o que querem ou por que o mercado não os queira, mas por que, na grande maioria das vezes, o ingresso no mercado de trabalho se dá de forma precária, sem acesso à qualificação adequada e com jornadas que desestimulam a continuidade dos estudos. (Ministério do Trabalho e Emprego, p. 9).

Apesar do entendimento de muitos de que essa entrada precoce no mercado de trabalho seria prejudicial ao desenvolvimento do adolescente, é impossível negar a realidade social vivenciada conforme já salientado anteriormente e o que se faz necessário é a proteção deste jovem para que esta inserção seja facilitadora em sua formação e competitividade profissional. Gonzalez, 2009 afirma: “daí que a condição juvenil não se restringiria apenas à experiência da escolarização descompromissada, típica de um segmento social mais ou menos restrito, mas permitiria acolher também experiências em que os eventos característicos – saída da escola, entrada no mundo do trabalho etc. – não se sucedem linearmente, mas por vezes se sobrepõem ou se desvinculam.” (p. 112).

Para além da necessidade, o programa apresenta como diferencial o desenvolvimento de competências que permitirão ao aprendiz destacar-se em processos seletivos futuros fornecendo-lhe uma perspectiva mais favorável para além do contrato que poderá ter a duração de até dois anos. Para o Ministério do Trabalho e Emprego (2014, p. 10):

A aprendizagem é um instituto que cria oportunidades tanto para o aprendiz

quanto para as empresas, pois dá preparação ao iniciante de desempenhar atividades profissionais e de ter capacidade de discernimento para lidar com diferentes situações no mundo do trabalho. Ao mesmo tempo, permite às empresas formarem mão de obra qualificada, algo cada vez mais necessário em um cenário econômico em permanente evolução tecnológica.

É importante ainda ressaltar, que apesar de não ser garantia de acesso ao mercado de trabalho, a qualificação profissional é hoje em diversas situações uma exigência para que se possa competir por posições de trabalho de maneira mais justa, e com isso, ainda que a passos lentos, reduzir a desigualdade existente nessas relações. “Entenda-se que o valor dos certificados escolares no mercado de trabalho e o “capital social” constituído pela rede de contatos dos sujeitos envolvidos são cruciais para o sucesso ou fracasso do jovem.” (Teixeira e Silva, 2008, p. 9).

Em um relatório apresentado pelo IPEA a respeito do programa, Corseuil e Foguel (2016, p. 18). afirmam que “o programa amplifica a contratação por prazo indeterminado de postos formais, reduz a rotatividade e aumenta salários (). porém, não parece elevar a capacidade dos aprendizes de acumular experiência geral ou específica no mercado de trabalho”. Dessa forma, faz-se necessário investigar de maneira mais cuidadosa os aspectos relativos ao programa e à maneira como se dá a transmissão de conhecimento por parte das instituições formadoras e das empresas onde se dá a prática; sem contudo desconsiderar o resultado positivo no que diz respeito à permanência no mercado de trabalho. Com base neste relatório acima mencionado, foi emitido outro parecer acerca do programa:

A aprendizagem inova em relação a programas tradicionais de qualificação por incluir uma experiência *in-loco* como parte do programa. Isso coloca os jovens em contato direto com as empresas formais, o que pode ser uma forma de estimular o emprego formal entre os jovens. De fato, há evidências de que a aprendizagem aumenta as chances de o jovem conseguir um emprego subsequente com contrato formal por prazo indeterminado. (Corseuil, Franca e Poloponsky, 2016, p. 193).

A respeito da necessidade de qualificação já tratamos arduamente nesta exposição, e também do momento delicado experimentado pelos jovens ao entrar no mundo do trabalho. Tratamos também das características do programa, e o que ele se propõe a fazer ou entregar à sociedade. Porém alguns pontos são relevantes sob o ponto de vista da educação.

Em uma pesquisa realizada em Curitiba, publicada em 2010 e que tratava dos aspectos psicossociais desta formação, Oliveira levanta alguns pontos percebidos no contato com estes jovens: “os aprendizes almejam demasiadamente uma nova condição social, imputando ao curso de aprendizagem o caminho para alcançar esta condição. (). O que se percebe é que o desejo de um futuro melhor é individual sendo que sucesso e fracasso dependem tão somente dos esforços do aprendiz.” (p. 69). A partir deste

entendimento, ela nota que os jovens inseridos no programa demonstram acreditar que aquela é a sua grande chance e que o sucesso depende dele. Oliveira afirma ainda:

Este “princípio do mérito” faz com que os aprendizes encarem as questões como sucesso e fracasso como se fosse exclusivamente problema seu, sem levar em conta a influência da estrutura econômica e social na qual estão inseridos e os efeitos desta estrutura na sua formação, corroborando com a premissa de que o aprendiz é um ser oprimido, na medida em que não leva em consideração a sua própria historicidade e temporalidade. (2010, p. 74).

Quando falamos da trajetória dos aprendizes após o encerramento do Programa, temos alguns dados recentes:

No se refere à faixa etária, constata-se que os mais jovens (até 17 anos) apresentam um percentual mais baixo de aproveitamento (30,3%), o que pode ser explicado pelo fato de que estes jovens ainda se encontram na escola e, portanto, buscam menos empregos. No entanto, a faixa etária de 18 a 24 anos é a que apresentou a maior taxa de aproveitamento (50,2%), e a de 25 anos ou mais – que no âmbito do contrato de aprendizagem são as pessoas com deficiência – demonstrou taxa de aproveitamento acima da média (47,2%). (Almeida et al, 2019, p. 11).

E ainda, “verifica-se, que, entre aqueles que foram admitidos em 2016 e 2017, apenas 15,1% foram recontratados na mesma ocupação que o contrato anterior de aprendizagem. Todavia, quando analisamos a família ocupacional (*ocupações que apresentam estreito parentesco tanto em natureza quando em nível de qualificação*). este percentual sobe para 23%.” Almeida, 2019, p. 12.

Neste relatório do IPEA que temos apresentado, concluiu-se que

percebe-se que a aprendizagem evoluiu ao longo dos anos – evoluções legislativas e quantitativas –, tornando-se uma importante ferramenta de inserção protegida no mercado de trabalho, aliada à qualificação profissional para adolescente, jovens e pessoas com deficiência. Porém, em face do potencial ainda não atingido, verifica-se a necessidade de intensificar o fomento da aprendizagem profissional como uma política ativa de emprego, que deve ser construída e aperfeiçoada por meio do diálogo social. (Almeida, 2019, p. 14).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A temática do trabalho permeia a realidade de grande parte dos jovens em nosso país, sobretudo dos mais pobres conforme apresentado ao longo do levantamento teórico trazido neste artigo. É fato que ao se confrontar com esta necessidade, além das dificuldades já experimentadas por eles no que diz respeito a sustento, realidade familiar, etc, dentro do mercado de trabalho formal o que se apresenta é uma grande competitividade que o leva na maioria das vezes a ter como única alternativa a informalidade tendo em vista a “inexperiência” e baixa escolaridade.

Este jovem se vê assim imerso num ciclo vicioso, pois ao não conseguir entrar no

mercado a falta de experiência permanece presente e na informalidade ele muitas vezes não consegue conciliar a obrigação de contribuir com o sustento de sua casa com a vida escolar regular, e assim ele não avança no quesito experiência, nem no da escolaridade.

Dessa forma, apesar dos pontos trazidos acerca das dificuldades impostas pela inserção num programa de aprendizagem, o mesmo se mostra eficaz ao permitir ao jovem uma experiência formal de trabalho, que em virtude da carga horária reduzida lhe provê também condição de continuar a escola regular ainda que esta conciliação não seja simples e tampouco ausente de uma sobrecarga para este jovem.

Seria simplista afirmar que o programa resolve a questão da inserção no mercado de trabalho para a juventude uma vez que os pontos trazidos mostram com clareza que a temática é muito mais ampla do que apenas conciliar a vida profissional com a escolar, e os desafios que se impõem sobretudo ao jovem pobre abarcam aspectos da vida do sujeito para além destes dois pontos. Porém é imperativo começar de algum lugar, e vemos o programa como uma possibilidade viável para esta entrada no universo das relações de trabalho formal.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Mariana Eugênio. **Aprendizagem profissional no Brasil**: panorama e análise da trajetória laboral dos egressos. IPEA, Brasília: 2019. 20p.

BARBOSA, Carlos Soares; DELUIZ, Neise. **Juventude, trabalho e educação profissional**: o programa nacional de estímulo ao primeiro emprego em discussão. GT09 - Trabalho e Educação, 31ª Reunião Anual da Anped, 2008.

CORSEUIL, Carlos Henrique; et al. **Comportamento do mercado de trabalho brasileiro em duas recessões: análise do período 2015-2016 e da pandemia de covid-19**. IPEA, Brasília: 2021. 28p.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FOGUEL, Miguel. **A aprendizagem e a inserção de jovens no mercado de trabalho**: uma análise com base na RAIS. IPEA, Brasília: 2016. 22p.

CORSEUIL, Carlos Henrique; FRANCA, Máira; POLOPONSKY, Katcha. Trabalho informal entre os jovens brasileiros: considerações sobre a evolução no período 2001-2013. In: Org: SILVA, Enid Rocha Andrade da; BOTELHO, Rosana Uilhôa. **Dimensões da Experiência Juvenil Brasileira e Novos Desafios às Políticas Públicas**. IPEA, Brasília: 2016. p.177-198.

CORSEUIL, Carlos Henrique; POLOPONSKY, Katcha; FRANCA, Máira. **Diagnóstico da inserção dos jovens brasileiros no mercado de trabalho em um contexto de crise e maior flexibilização**. IPEA, Brasília: 2020. 44p.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens no Ensino Médio: qual o lugar do trabalho? In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e Ensino Médio**: sujeitos e currículos em diálogo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 205-228.

CUNHA, Luiz Antônio. **O Ensino Industrial-Manufatureiro no Brasil**. Revista Brasileira de Educação. nº 14, São Paulo, 2000. p.89-193. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a06.pdf>

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo. Juventude e Ensino Médio: quem é este jovem que chega à escola? In: DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. **Juventude e Ensino Médio: sujeitos e currículos em diálogo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014, p. 101-134.

DIEESE. **Anuário do Sistema Público de Emprego, Trabalho e Renda 2016**: análise de indicadores selecionados. São Paulo: DIEESE, 2017. 50p.

DIEESE. **As transições escola-trabalho**: alguns apontamentos para o debate sobre a reforma do ensino médio. Nota Técnica, nº 164. São Paulo: DIEESE, 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: 2º trimestre de 2019. Disponível em: www.ibge.gov.br

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **Manual de Aprendizagem**: o que é preciso saber para contratar o aprendiz. Edição revista e ampliada. 2014. Disponível em: http://acesso.mte.gov.br/data/files/8A7C816A454D74C101459564521D7BED/manual_aprendizagem_miolo.pdf

NOGUEIRA, Mauro Oddo; CARVALHO, Sando Sacchet de Carvalho; PEREIRA, Larissa de Souza. **Remédio ou veneno? As políticas de formalização de negócios e a precarização do trabalho em um contexto de crise**. Ipea, Brasília: 2019, 18p.

OLIVEIRA, Lygia Maria Portugal de. **Jovens aprendizes**: aspectos psicossociais da formação para a vida. Dissertação (mestrado). – Universidade Federal do Paraná, Setor de Educação, Curso de Pós Graduação em Educação. 2010, 99p.

POCHMANN, Márcio. A batalha pelo primeiro emprego: as perspectivas e a situação atual do jovem no mercado de trabalho brasileiro. Publisher Brasil, São Paulo: 2000. 96p.

SILVA, Natalino Neves da. **O valor da experiência social e escolar do ensino médio para jovens negros(as) e brancos(as)**. Tese (doutorado – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Curso de Pós-Graduação em Educação, 2015, 262p.

TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. SILVA, Veleida Anahy da. **Os jovens e os labirintos da Educação Profissional**: Trilhas incertas num mundo em transição. GT09 - Trabalho e Educação, 31ª Reunião Anual da Anped, 2008.

ÍNDICE REMISSIVO

SÍMBOLOS

1º Ciclo 144, 145, 151, 154

A

Amor 4, 23, 43, 112, 113, 114, 115

Análise de desempenho profissional 5, 132

Andróides 4, 93, 94, 97

Antropologia 31, 32, 111

Áreas rurais 14

B

Banda desenhada 5, 143, 144, 145, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158

Brasil 3, 4, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 12, 13, 19, 20, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 40, 68, 73, 77, 79, 91, 116, 119, 120, 122, 124, 128, 129, 130, 131, 142, 162, 165

Bucólica X 4, 112, 113, 114

C

Ciências humanas 1, 2, 155, 166

Conflito armado 47, 52, 60

Conhecimentos tradicionais 116, 119, 120, 121, 123, 124

Covid-19 4, 12, 75, 76, 77, 78, 80, 82, 83, 84

Cultura 4, 14, 15, 23, 24, 45, 71, 88, 89, 90, 95, 97, 99, 104, 105, 110, 118, 120, 124, 138, 150, 159, 160, 163, 165, 166

D

Diversidade 3, 120, 121, 123, 125, 128, 144, 155

E

Écloga 112, 113

Educação 2, 3, 4, 1, 2, 3, 4, 5, 8, 10, 12, 13, 20, 26, 27, 28, 29, 55, 56, 57, 59, 63, 66, 71, 74, 104, 116, 117, 118, 121, 122, 123, 124, 125, 126, 128, 129, 130, 131, 143, 144, 145, 148, 149, 154, 156, 157, 158, 163, 165, 166

Educação ambiental 4, 116, 117, 121, 122, 123, 124, 125

Educação financeira 4, 126, 128, 129, 130, 131

Educação matemática 126, 129, 131

Elegia 112, 113

Encarceramento 37, 40, 63, 69, 72, 73, 74

Ensino de história 5, 159, 160, 161, 163, 165

Epicuro 112, 113, 114

Era Viking 98, 99, 100, 101, 105, 110, 111

Escandinávia 98, 99, 104, 105, 107, 109

F

Falo 41, 42, 43, 45, 46

Família 8, 11, 22, 23, 25, 48, 54, 103, 106, 108, 153

G

Geografia 75, 143, 144, 145, 147, 148, 150, 151, 155, 157, 161

Globalização 5, 75, 132, 133

H

Hanseníase 3, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40

História 3, 5, 5, 19, 20, 21, 26, 29, 36, 98, 100, 104, 108, 111, 131, 133, 144, 150, 153, 154, 156, 157, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165

História cultural 98, 100, 159

I

Inclusão 3, 8, 14, 20, 25, 26, 28, 29, 48, 56

Internação Compulsória 3, 30, 31, 33, 36, 39, 40

J

Juventude 2, 3, 1, 2, 3, 4, 5, 12, 13, 72, 73, 106, 166

L

Lógica 27, 32, 39, 41, 42, 44, 93, 96, 110

M

Meio local 143, 145, 153, 154

Mito 3, 4, 41, 98, 99, 101, 104, 105, 109, 110

Mitologia nórdica 98, 99, 100, 101, 103, 109, 110

Modelagem matemática 4, 126, 127, 128, 129, 130, 131

Mulheres 3, 7, 20, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 72, 79, 83, 99, 100, 104, 106, 107, 111

N

Negociações de paz 47

P

Paisagem 5, 143, 144, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 165

Pandemia 6, 12, 75, 76, 78, 82, 83, 154, 156

Participação política 3, 47, 49, 56, 57, 58

Período de transição 47, 49, 52, 55, 60

Pessoa com deficiência 3, 19, 21, 22, 24, 26, 27, 28, 29

Pós-guerra 22, 47

Povos indígenas 4, 116, 117, 119, 120, 123, 124, 125

Programa de aprendizagem 1, 2, 8, 12

R

Ragnarök 4, 98, 99, 101, 105, 108, 111

Redes sociais 14

Representações femininas 4, 98

S

Saúde 2, 4, 35, 37, 38, 54, 55, 59, 70, 75, 76, 82, 114

Segurança 33, 48, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 73, 74

Seletividade 3, 63, 66, 68, 72, 73

Sociedade 2, 8, 10, 19, 20, 21, 22, 24, 25, 26, 27, 28, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 40, 48, 51, 53, 55, 56, 57, 63, 64, 65, 69, 73, 98, 99, 101, 104, 105, 108, 109, 110, 119, 120, 122, 124, 127, 128, 139, 140, 143, 147, 160, 163

Sufrimento social 30, 38

Sustentabilidade 116, 117, 119, 123

T

Tolerância zero 3, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 69, 71, 73, 74

Trabalho 3, 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 19, 25, 28, 30, 31, 32, 48, 54, 61, 63, 65, 66, 73, 80, 81, 98, 100, 101, 106, 110, 132, 134, 136, 137, 141, 142, 151, 156, 159, 160, 161, 165

Turismo cultural 5, 159, 160, 163, 164, 165

V

Violência 48, 50, 51, 55, 56, 58, 64, 65, 66, 67, 70, 71, 73, 162

Virgílio 4, 112, 113, 114, 115

W

Web 2.0 3, 14, 15, 16, 17, 18

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022

CIÊNCIAS HUMANAS: DIÁLOGO E POLÍTICA DE COLABORAÇÃO

🌐 www.atenaeditora.com.br

✉️ contato@atenaeditora.com.br

📷 @atenaeditora

📘 www.facebook.com/atenaeditora.com.br



Atena
Editora
Ano 2022